

## O Processo de Delimitação dos Bairros de Salvador: Relato de uma Experiência

**Elba Guimarães Veiga, Cássio Marcelo Silva Castro,  
Anderson Gomes de Oliveira, Adalberto Bulhões, Vitória Regia Sampaio,  
Aline Farias, Carlos Henrique Cardoso, Leonardo Dias Afonso**

**Resumo** O processo de atualização da delimitação dos bairros do município de Salvador, que resultou na definição de 160 bairros e, além das ilhas, foi realizado entre outubro de 2007 e outubro de 2009 por uma equipe multidisciplinar composta por técnicos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Governo do Estado, da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS). O conceito de bairro trabalhado ao longo do projeto, foi elaborado tendo como elemento estruturante as noções de identidade e de pertencimento do morador, além de aspectos de natureza urbanística. Este esforço conjunto visou à construção de uma unidade de referência para o cidadão, pesquisadores e gestores da cidade, uma vez que, por falta de uma delimitação oficial de bairros, muitas instituições que atuam no espaço urbano produziram os seus próprios recortes territoriais, criando um emaranhado de traçados, sem que o cidadão efetivamente nele se reconheça. Essa experiência se constitui em uma referência para quem trabalha com pesquisa, ensino e gestão pública e que tem no território um ponto de confluência.

**Palavras-chave** Salvador. Bairros. Delimitação.

**Abstract** The upgrade process of delimitation of the districts of Salvador, which resulted in the definition of 160 districts and the islands beyond, was conducted between October 2007 and October 2009 by a multidisciplinary team composed of technicians from the Universidade Federal da Bahia (UFBA), Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) and Prefeitura Municipal de Salvador (PMS). The district concept worked throughout the project, was designed as a structural element with the notions of identity and belonging of the residents, as well as aspects of urban. This joint effort aimed at building a reference unit for citizens, researchers and urban planners, since, for lack of an official definition of districts, many institutions that operate in urban areas produced their own territorial clippings, creating a tangle of paths, the citizen effectively without recognizing him. This experience constitutes a reference for those working in research, teaching and public administration and has within a focal point of confluence in territory.

**Keywords** Salvador. District .Delimitation.

## INTRODUÇÃO

Muitas são as concepções e definições de bairro, o que à primeira vista pode resultar em certa dificuldade quando se pretende operacionalizá-lo. Diferentes conceitos podem ser adotados, ressaltando, de forma diferenciada, aspectos urbanísticos, sociológicos, físico-territoriais ou mesmo administrativos. Segundo Ferrari (2004:49), bairro é “uma unidade constitutiva da cidade de origem espontânea, integrada por indivíduos e grupos primários que podem manter entre si contatos simpáticos, desinteressados, e ter consciência de pertencerem à mesma comunidade”. Essa definição nos remete às relações de parentesco e de vizinhança como definidores do que pode ser qualificado como bairro. Tal definição carrega um conjunto de problemas relacionados com processos mais gerais de estratificação e segmentação do tecido urbano que perpassam o território e, conseqüentemente, o próprio bairro. Afinal, as assimetrias que situam o morador em contextos sociais e econômicos diferenciados – em distintos lugares que ocupam no processo de produção da vida material – se materializam e explicitam no que qualificamos como bairro. Desse modo, a noção de “pertencimento a uma comunidade” não nos situa em uma situação idílica ou mesmo ingênua de solidariedade e conagração. Isso significa que são múltiplas e, em vários aspectos, conflitantes e contraditórias as relações entre os cidadãos e destes para com o território – aqui compreendido não apenas como substrato mas também como relação social.

O fato é que o bairro, como também, em certa medida, a bacia hidrográfica, são recortes territoriais plenos de sentidos e significados econômico, social, ambiental e simbólico, e nessa condição podem ser qualificados como unidades de planejamento e gestão. Efetivamente, o bairro é a divisão territorial mais próxima do cidadão, que expressa a dinâmica da vida urbana, que permite o conhecimento da realidade local, do cotidiano da vida da cidade. Essa definição explicita a importância do conceito de bairro não apenas para o cidadão mas também para a gestão do território municipal.

Adicionalmente, a noção de bairro nos remete aos múltiplos conceitos de descentralização e à sua associação ao polissêmico conceito de democracia. Segundo Montoro (1999:298), o conceito de descentralização pode ser compreendido como um movimento no sentido de aproximação do cidadão: “tudo o que puder ser feito por uma comunidade menor não deve ser feito por um organismo de nível superior. As iniciativas e atividades locais estão mais perto da população e são por isso mais realistas, econômicas e eficientes.” Tal definição nos remete à potencialidade democratizante desse conceito, mas também ao fato de que a descentralização, necessariamente, não nos conduz à efetiva democratização da gestão da *res publica*. Como a experiência de implementação do modelo gerencialista na década de noventa demonstrou, podemos descentralizar a máquina sem necessariamente democratização. Podemos incorporar o cidadão à gestão pública sem que isso se implique em descentralização de poder e, conseqüentemente, em aprofundamento do processo democrático. Como a literatura demonstra, não existe uma correlação direta entre descentralização e democratização; entretanto, não resta dúvida que a primeira se constitui em um pré-requisito da segunda.

O fato é que, no universo de conflitos e contradições que perpassam a cidade e a sua gestão,

o bairro é uma porção territorial que se constitui em referência para o cidadão. O bairro é um espaço ao podemos reportar as múltiplas noções de “pertencimento” (no exato sentido de reconhecimento), no contexto de sociedades complexas e estratificadas, sendo o mesmo perpassado por assimetrias e conflitos dos mais diferenciados. Muitas são as histórias de vida que relatam os vínculos com essa porção do território; o fato de “ter nascido e vivido por toda a vida naquele lugar” e a vontade de aí permanecer, face o vínculo emocional e carga afetiva que aquela porção do território onde habita suscita. Ressaltando essa dimensão simbólica do conceito, Sousa (1987) *apud* Leão de Barros (2004:2), sintetiza esse conceito da seguinte forma:

[...] além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o “sentimento de localidade” existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico: - O que é bairro? – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras.

Em sendo assim, como delimitar as “fronteiras” de um bairro? Afinal, a indeterminação, ou mesmo subjetividade, parece ser o traço mais característico de um conceito assim formulado. Para delimitar um bairro é preciso perguntar ao seu morador onde o mesmo começa e onde termina. É o morador, o cidadão, o “portador” dos seus elementos históricos (quando e como o bairro foi constituído), sociais, econômicos e simbólicos. Entretanto, é preciso agregar a esses elementos de caráter simbólico a dimensão propriamente urbanística desse conceito. O que diferencia um “bairro” de uma “localidade”, uma vez que ambos são perpassados pela noção de pertencimento é a escala propriamente urbana da sua inserção na Cidade; a existência ou não de uma “vida própria”, de uma certa “autonomia” em relação ao seu entorno e à sua vizinhança, determinadas pelo acesso aos serviços estruturantes como transporte, saúde e educação; e uma certa autonomia e capacidade de “polarização” de um território em relação ao seu entorno.

Várias têm sido as iniciativas de delimitação oficial de bairros em várias cidades, muitas já institucionalizadas através de legislação municipal e outras não. Alguns exemplos podem ser citados: Feira de Santana, interior da Bahia que, através da Lei Municipal Complementar 18, de 08/07/2004, institui em sua área urbana 44 bairros (FEIRA DE SANTANA, 2004); Valença, também situada no interior da Bahia, através da Lei Municipal 1773, de 05 de maio de 2004, criou 25 bairros na área urbana do distrito sede e na área urbana do distrito de Guaibim (VALENÇA, 2004); Manaus, capital amazonense, tem 63 bairros delimitados oficialmente através da Lei Municipal 1.401, de 14/01/2010 (MANAUS, 2010); Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, possui 79 bairros institucionalizados através de várias leis, desde o ano de 1959, sendo a mais recente de 2009 (PORTO ALEGRE, s/d); Natal, capital do Rio Grande do Norte, tem 36 bairros oficializados através de legislação municipal desde 1993 (NATAL, 2009).

O que essas iniciativas têm em comum é o fato do trabalho de delimitação ter sido feito “dentro dos escritórios” com muito pouca ou nenhuma interação com os moradores diretamente envolvidos. Os limites instituídos foram “gestados” única e exclusivamente pelo poder público municipal, sem interface com a população, segundo informações constantes nos relatórios e documentos constantes nos portais das prefeituras. Um trabalho com tais características requer demanda da participação direta da população diretamente envolvida, para que não acabe se configurando como apenas peça decorativa a compor uma cartografia temática, ou seja, um mero componente administrativo-burocrático no âmbito das prefeituras, sem respaldo da população.

A motivação deste trabalho, portanto, está pautada pela determinação de constituir um conceito de bairro a partir da ausculta do morador, a construção coletiva dos critérios distintivos dos conceitos de bairro e de localidade, tentando torná-lo transversal ao conceito de bacia hidrográfica e de drenagem (a implementação da gestão das águas implica na recomposição dos vínculos perdidos entre o cidadão e as águas urbanas). É preciso registrar que não existe uma correspondência territorial direta entre bairro e bacia (muitos são os bairros que estão contidos parcialmente em uma bacia hidrográfica ou de drenagem). O que fundamenta as referidas associações entre recortes territoriais tão diferentes é a possibilidade de referir a ambas as noções de identidade e de pertencimento, ou seja, a necessidade de recompor as relações perdidas entre o morador e as águas.<sup>1</sup> Ademais, é preciso registrar que esse trabalho, não pretende dar conta das aporias suscitadas pelo conceito de identidade no âmbito das ciências sociais. Parte-se, apenas, do pressuposto de que uma nova delimitação de bairro implica no reconhecimento do que o cidadão delimita como sendo o *seu bairro*, como o território que ele circunscreve a partir de processos históricos e relações de relações de pertencimento, a partir das quais ele se reconhece.

## **DELIMITAÇÃO DE BAIROS DE SALVADOR**

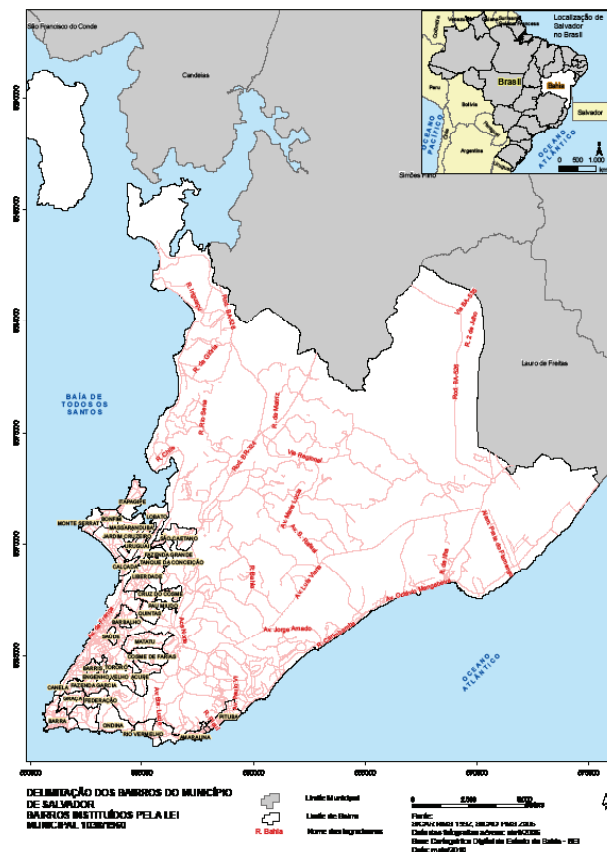
Em 2007, quando a equipe do início do trabalho de delimitação de bairros Salvador dispunha de 32 bairros institucionalizados há mais de 50 anos, pela Lei Municipal 1.038 de 1960 (Figura 1, página ao lado). Nessa época, segundo o IBGE, a cidade contava com aproximadamente 655.735 habitantes (IBGE, 2001), enquanto que em 2010 Salvador tem uma população de 2.675.656, sendo ainda regulada pela referida lei.

A delimitação desses 32 bairros incorporava a área ocupada do território municipal, deixando de fora o tecido urbano qualificado como vazio. Desde então, nenhum trabalho de atualização dessa lei foi feito. Por conta dessa lacuna, diversas instituições que lidam de forma direta ou indireta com o espaço urbano, particularmente as concessionárias prestadoras de serviços, terminaram por produzir delimitações próprias de bairros, a saber:

- o IBGE, em meados de 2005, elaborou uma divisão para a cidade com 227 bairros, com o objetivo de atender à demanda da população que procurava o órgão desejando obter informações dos censos demográficos por algum recorte territorial que se assemelhasse ao bairro;

- a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT – Correios) elaborou uma divisão com 166 bairros, para facilitar atuação do trabalho dos carteiros, bem como da distribuição das correspondências e encomendas;
- a Universidade Federal do Bahia (UFBA) delimitou para Salvador 206 bairros, através de uma pesquisa coordenada por um grupo de professores da Faculdade de Arquitetura da UFBA.
- a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), a partir de uma iniciativa em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP), objetivando localizar e georreferenciar as ocorrências policiais, delimitou 199 bairros;
- a Sedham, com base em estudo realizado, construiu uma malha de bairros que funcionava como uma “resposta” por parte do próprio órgão de planejamento pela ausência da delimitação atualizada e oficial de bairros. Esse esforço resultou numa definição de 237 localidades que, do ponto de vista conceitual, poderiam não equivaler à ideia de bairros, mas até mesmo a sítios de menor porte.

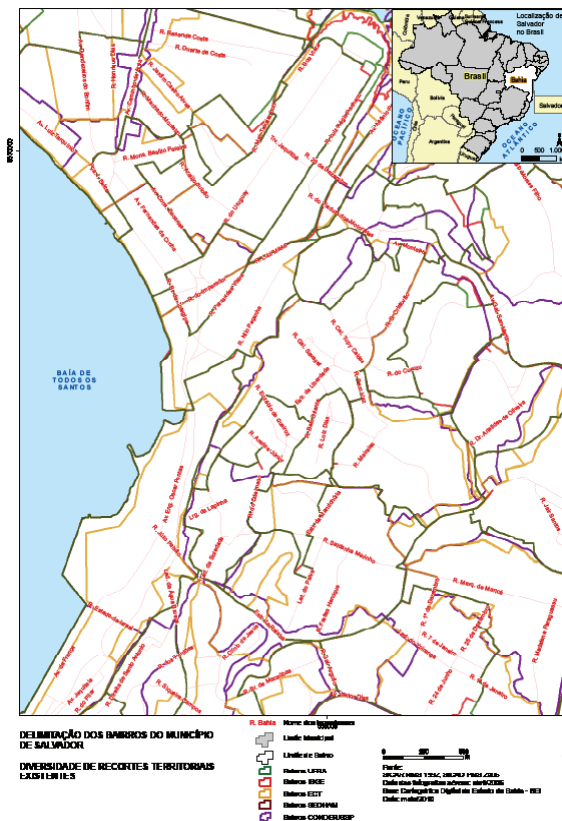
Figura 1 - Delimitação de Bairros para Salvador. Lei 1038/1960



Fonte: Projeto Delimitação de Bairros, 2009.

A iniciativa isolada das referidas instituições implica em custos adicionais relativos à geração das malhas e dificulta a troca de informações, uma vez que cada uma utiliza bases cartográficas distintas e metodologias também diferenciadas, o que dificulta a compatibilização das informações produzidas. É preciso ainda levar em conta a falta de racionalização no uso de recursos públicos, uma vez que esses trabalhos não foram utilizados de forma ampla por todos os entes que refletem e lidam com o solo urbano. Isso tem implicado em que os diversos agentes que atuam no mesmo espaço urbano tenham que gerar suas próprias informações, o que restringe o seu âmbito, comparabilidade e uso. A figura 2 abaixo descreve o emaranhado de limites de bairros num pequeno trecho de uma porção de Salvador.

**Figura 2 - Representação de Diversas Malhas de Bairros Sugeridas para Salvador**



Fonte: Projeto Delimitação de Bairros, 2009.

Todo esse esforço de subdivisão interurbana feito pelas instituições já citadas foi o ponto de partida para a realização deste trabalho que, em linhas gerais, teve os seguintes objetivos: (a) identificar o limite de cada bairro pertencente à região administrativa, a partir do reconhecimento de seus moradores e/ou representantes - jurisdição associativa; (b) estabelecer um recorte territorial que considere a dinâmica da cidade e que seja reconhecido pelo cidadão; (c) construir uma unidade de referência para a gestão pública, fundamentada na noção de pertencimento e de identidade do cidadão; (d) atualizar os limites de bairros

instituídos pela Lei Municipal nº 1.038/1960; (e) produzir subsídios para o trabalho de compatibilização dos diversos recortes territoriais da Cidade de Salvador, a saber: setor censitário, área de ponderação, região administrativa, zona de informações, dentre outros.

A elaboração deste estudo fundamentou-se na Lei Municipal 1038/1960, que delimita a área urbana e suburbana dos distritos e subdistritos do município do Salvador e divide a cidade em bairros – Lei nº 2454/1973, que estabelece os limites do município de Salvador e as divisas interdistritais e na Lei Municipal 7.400/2008 – Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que estabelece novos limites das Regiões Administrativas. Como afirmado anteriormente, além da referida legislação, o grupo de trabalho fez um trabalho de discussão das delimitações de bairro das instituições citadas: Sedham, Correios, IBGE, UFBA e Conder.

Na fase da discussão metodológica do trabalho houve a participação do IBGE, uma vez que a definição de novos limites de bairro deve implicar na adequação e redefinição dos limites dos setores censitários, o que torna possível a produção de dados e indicadores sociais, econômicos, ambientais e político-institucionais para todo o município com base na noção de bairro. O acervo cartográfico e de informações utilizado ao longo desta pesquisa foi o seguinte: base Cartográfica de 1992, da Conder, para o município de Salvador, escala 1:2.000; ortofotos de abril de 2006, Prefeitura Municipal do Salvador; identificação de Pontos Notáveis e Localidades de 2009, da Conder; cartografia temática de Salvador de 1993, da Conder, escala 1:12.500; cadastro de logradouros de 2009, da Prefeitura Municipal do Salvador.

Foram os seguintes os conceitos de bairro, de localidade e centro de bairro que se constituíram em base para a referida delimitação:

- por *Bairro* entende-se uma unidade de delimitação territorial com consolidação histórica que incorpora a noção de pertencimento das comunidades que o constituem; que possuiu equipamentos e serviços de educação, saúde, transporte e circulação, que conferem autonomia ao território; que mantem relação de vizinhança e que reconhece seus limites pelo mesmo nome;
- por *Localidade* compreende-se uma unidade territorial de menor porte que o bairro, contida no bairro, às vezes ocupada por edificações, à qual foi atribuída uma denominação que confere identidade a essa porção do território. É caracterizada por possuir poucos elementos representativos da estrutura e da complexidade urbana. Uma localidade pode ser um loteamento ou um conjunto habitacional de pequeno ou médio porte que se tornou referência, uma pequena ocupação informal ou mesmo uma ocupação ao longo de uma avenida;
- por *Centro de Bairro* entende-se uma porção do território para onde convergem e se articulam os principais fluxos do bairro ou de uma região, que pode ser mais ampla do que o próprio bairro, dotada de variedade de serviços e infraestrutura, com bom grau de acessibilidade. O centro de bairro não necessariamente coincide com o centro geográfico do bairro.

Embora as localidades se constituam em forte referência para o cidadão, elas não são objeto de delimitação, sendo consideradas como elementos integrantes e constituintes dos bairros. Desse modo, os principais elementos e critérios utilizados para a definição dos limites de bairro foram a reconstituição histórica, a declaração de pertencimento dos moradores, o sentimento de ser, de pertencer àquele lugar - condição indispensável para a constituição de um bairro. Os demais critérios, qualificados como tangíveis ou mensuráveis foram os seguintes:

- existência de pelo menos uma unidade escolar de ensino fundamental pública, comunitária ou privada, a partir do 6º ano (5ª série do fundamental);
- existência de pelo menos uma unidade de saúde pública, comunitária ou privada, de atendimento geral ou especializado;
- possuir, no mínimo, um logradouro hierarquizado como via coletora (ou equivalente em porte/capacidade de fluxo) ou superior;
- dispor de transporte público regulamentado, seja por ônibus ou micro-ônibus, ainda que não possua linha direta para o bairro.

Esses critérios foram utilizados para todo o município, com exceção das ilhas de Maré, Frades e Bom Jesus dos Passos que, por sua situação peculiar, foram consideradas cada uma delas como uma unidade ou bairro, composta de varias localidades. Objetivando melhor operacionalizar a delimitação do traçado do bairro foram levantados aspectos de natureza física natural (hidrografia, topografia), barreiras impostas por intervenções (urbanização), preservando áreas ocupadas com o mesmo tecido urbano e relações de vizinhança e utilizando como ponto de corte, preferencialmente, o eixo de logradouro ao invés de fundos de lotes.

A operacionalização do trabalho de delimitação foi desenvolvida a partir dos limites instituídos pelo Sistema Integrado de Atendimento Regional (Siga) – as antigas Administrações Regionais – iniciando-se pelo Siga I – Centro. A partir desse ponto de referência o trabalho foi sendo estendido para a Siga geograficamente adjacente, seguindo em direção à Orla Atlântica. Tal procedimento facilitou a resolução dos conflitos entre bairros vizinhos, pertencentes a Sigas diferentes. O trabalho de delimitação obedeceu as seguintes etapas:

- **reconhecimento preliminar do sítio e consolidação das malhas utilizadas pelos diversos órgãos** – essa etapa consistiu inicialmente no cruzamento das diversas malhas setoriais de bairro, para identificação dos bairros e dos limites comuns a elas. A seguir, foi realizado trabalho de campo no qual a equipe, baseada no seu conhecimento técnico e através de pesquisa com a população local, checou as informações iniciais mapeadas dando novo contorno ao mapa e ampliando a rede de referências para pautar as discussões com os líderes e associações comunitárias;
- **histórico dos bairros** – essa etapa compreendeu a realização de pesquisa bibliográfica e entrevistas com moradores antigos no sentido de resgatar dados históricos e de ocupação da área que possam servir de referência para futuros estudos;
- **identificação e convocação das lideranças para a primeira reunião** – nesse momento foram reunidas informações sobre as diversas lideranças e associações de moradores da área a ser estudada, através de listagens existentes na UFBA, Câmara de Vereadores, Conder, na Prefeitura



e no Siga, bem como através de trabalho de campo. Em seguida foram distribuídos convites, registrados através de protocolo e feitos contatos telefônicos reforçando a importância da presença de representantes de cada entidade na reunião. No momento da convocação era entregue um folheto explicativo do projeto;

- **realização da primeira reunião** – a primeira reunião com as comunidades acontecia normalmente à noite ou nas manhãs de sábado, levando em conta a disponibilidade dos moradores. Após o cadastramento e distribuição de material de trabalho a todos os presentes era iniciada a sessão com a apresentação do projeto. Nesse momento era explicado o produto esperado da reunião e esclarecidas as dúvidas. Na sequência, os presentes eram divididos em grupos menores, de acordo com a localidade de residência de cada um no SIGA, de modo que, acompanhados dos pesquisadores e técnicos, pudesse estudar o mapa com uma proposta preliminar de delimitação. Os trabalhos de grupo foram sempre iniciados com uma dinâmica de grupo que resultava na identificação dos bairros e localidades da área. Após a identificação dos nomes dos bairros de cada grupo, era apresentado o mapa consolidado feito pela equipe técnica para, então, serem traçados os limites desses bairros, confirmando ou não os traçados levados pelos técnicos. Nesse momento, duas situações eram identificadas: a primeira quando os presentes conseguiam estabelecer limites entre dois ou mais bairros com a concordância de todos, conforme figura 3, a seguir. A segunda situação ocorria quando os presentes não conseguiram se entender acerca da divisão entre bairros limítrofes. Nesses casos eram identificadas as áreas de divergências entre o grupo, alvo de futura pesquisa entre os moradores para se determinar o seu pertencimento. Feito isso a comunidade era reagrupada para consolidação dos mapas finais com identificação dos pontos de acordo e de conflitos de limites. Ao final da sessão todos os presentes eram convocados para assinar os mapas. Foram realizadas no total 76 reuniões, em toda a cidade;
- **realização de nova convocação para reunião com os ausentes**, quando necessária – essa situação ocorreu quando se constatou a ausência de representantes de alguma área na primeira reunião. Nesses casos se fez nova convocação aos ausentes com os quais se realizou uma reunião de menor porte, com a mesma dinâmica da reunião anterior;
- **realização da pesquisa** – algumas vezes bairros vizinhos não conseguiram chegar a um consenso com relação aos seus limites, na reunião. Normalmente essa situação ocorreu quando eles reclamavam uma mesma área para si, formando assim uma área de divergência; que foram resolvidas através de pesquisas diretas feitas com os moradores dessas áreas que, ao ser indagados acerca do bairro onde moravam, expressavam o seu pertencimento. Em todo o município foram identificadas 91 áreas de conflito e aplicados 21.175 questionários. Após aplicação dos questionários e tabulação dos seus resultados, eram elaborados os mapas finais de limites dos bairros por Siga, bem como preparada a documentação para apresentação aos moradores.





- **realização da reunião final com a comunidade** – após realização das pesquisas para resolver os conflitos de limites, a população, através de seus líderes e associações comunitárias, era convocada para nova reunião, dessa vez para a apresentação dos resultados das pesquisas bem como do mapa final de bairros de cada Siga. Identicamente à primeira reunião o mapa final era assinado pelos presentes;
- **georreferenciamento e descrição dos limites de bairro** – essa etapa consistiu em transferir os limites finais de todos os bairros para um mapa único e em descrever os seus limites, usando sempre como referenciais as coordenadas geográficas, logradouros, acidentes naturais e pontos de referencia, entre outros elementos;
- **formatação para o arquivamento de toda a documentação do projeto** - essa etapa refere-se à organização e arquivamento de toda a documentação do trabalho, a exemplo de mapas utilizados nas reuniões, questionários das pesquisas de campo, material distribuído e apresentações feitas às comunidades, material fotográfico e listas de presença, dentre outros, visando possibilitar o resgate dos passos seguidos na execução do projeto.

Por fim, foram consolidados os 160 bairros e 3 ilhas identificados ao longo dessas 76 reuniões junto às comunidades representadas, como se pode ver no mapa simplificado a seguir, figura 5, e a relação de bairros de Salvador, no quadro 1, anexo (pág 142).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das características mais marcantes deste trabalho de pesquisa foi a possibilidade de construção dos limites de bairros incorporando o ponto de vista do morador da cidade. O encontro de técnicos e pesquisadores de diversos órgãos e instituições, que trabalham na e com a cidade, seja na sua gestão, na produção de dados, informações ou estudos, foi de fundamental importância no aprofundamento de discussões e construção de uma metodologia participativa. Nesse processo, foram envolvidos aproximadamente 30 pesquisadores, professores e técnicos com formações teóricas as mais diferenciadas, de diversas áreas de atuação e vinculação institucional. A construção de uma malha de bairro única para a cidade e a consequente unificação de bases de informação e padronização de endereçamento para a cidade são frutos de grande valia para essa cidade. Ademais, a associação do bairro à bacia hidrográfica pode estimular o cidadão a estabelecer e desenvolver uma consciência ambiental voltada à preservação dos nossos rios.

Este estudo poderá fundamentar a elaboração de uma Lei de Bairros para o município e consequentemente a padronização do endereçamento para os domicílios de Salvador, além de possibilitar a compatibilização de informações de diversos órgãos e a produção de indicadores por bairro. Desse modo, a construção de um recorte territorial como bairro poderá subsidiar a produção de dados e indicadores – um requisito necessário à construção de uma gestão mais próxima das demandas do cidadão e da cidade.

## ANEXO

**Quadro 1 - Relação de Bairros**

N	BAIRROS	N	BAIRROS
1	Acupe	42	Caminho de Areia
2	Aeroporto	43	Campinas de Pirajá
3	Águas Claras	44	Canabrava
4	Alto da Terezinha	45	Candeal
5	Alto das Pombas	46	Canela
6	Alto do Cabrito	47	Capelinha
7	Alto do Coqueirinho	48	Cassange
8	Amaralina	49	Castelo Branco
9	Areia Branca	50	Centro
10	Arenoso	51	Centro Administrativo da Bahia
11	Arraial do Retiro	52	Centro Histórico
12	Bairro da Paz	53	Chapada do Rio Vermelho
13	Baixa de Quintas	54	Cidade Nova
14	Barbalho	55	Comércio
15	Barra	56	Cosme de Farias
16	Barreiras	57	Costa Azul
17	Barris	58	Coutos
18	Beiru/Tancredo Neves	59	Curuzu
19	Boa Viagem	60	Dom Avelar
20	Boa Vista de Brotas	61	Doron
21	Boa Vista de São Caetano	62	Engenho Velho da Federação
22	Boca da Mata	63	Engenho Velho de Brotas
23	Boca do Rio	64	Engomadeira
24	Bom Juá	65	Fazenda Coutos
25	Bonfim	66	Fazenda Grande do Retiro
26	Brotas	67	Fazenda Grande I
27	Cabula	68	Fazenda Grande II
28	Cabula VI	69	Fazenda Grande III
29	Caixa D'Água	70	Fazenda Grande IV
30	Cajazeiras II	71	Federação
31	Cajazeiras IV	72	Garcia
32	Cajazeiras V	73	Graça
33	Cajazeiras VI	74	Granjas Rurais Presidente Vargas
34	Cajazeiras VII	75	IAPI
35	Cajazeiras VIII	76	Ilha de Bom Jesus dos Passos
36	Cajazeiras X	77	Ilha de Maré
37	Cajazeiras XI	78	Ilha dos Frades
38	Calabar	79	Imbuí
39	Calabetão	80	Itacaranha
40	Calçada	81	Itaigara
41	Caminho das Árvores		

N	BAIRROS
82	Itapuã
83	Itinga
84	Jaguaripe I
85	Jardim Armação
86	Jardim Cajazeiras
87	Jardim das Margaridas
88	Jardim Nova Esperança
89	Jardim Santo Inácio
90	Lapinha
91	Liberdade
92	Lobato
93	Luiz Anselmo
94	Macaúbas
95	Mangueira
96	Marechal Rondon
97	Mares
98	Massaranduba
99	Mata Escura
100	Matatu
101	Monte Serrat
102	Moradas da Lagoa
103	Mussurunga
104	Narandiba
105	Nazaré
106	Nordeste de Amaralina
107	Nova Brasília
108	Nova Constituinte
109	Nova Esperança
110	Nova Sussuarana
111	Novo Horizonte
112	Novo Marotinho
113	Ondina
114	Palestina
115	Paripe
116	Patamares
117	Pau da Lima
118	Pau Miúdo
119	Periperi
120	Pernambués
121	Pero Vaz
122	Piatã

N	BAIRROS
123	Pirajá
124	Pituaçu
125	Pituba
126	Plataforma
127	Porto Seco Pirajá
128	Praia Grande
129	Resgate
130	Retiro
131	Ribeira
132	Rio Sena
133	Rio Vermelho
134	Roma
135	Saboeiro
136	Santa Cruz
137	Santa Luzia
138	Santa Mônica
139	Santo Agostinho
140	Santo Antônio
141	São Caetano
142	São Cristóvão
143	São Gonçalo
144	São João do Cabrito
145	São Marcos
146	São Rafael
147	São Tomé
148	Saramandaia
149	Saúde
150	Sete de Abril
151	Stella Maris
152	Stiep
153	Sussuarana
154	Tororó
155	Trobogy
156	Uruguai
157	Vale das Pedrinhas
158	Vale dos Lagos
159	Valéria
160	Vila Canária
161	Vila Laura
162	Vila Ruy Barbosa /Jardim Cruzeiro
163	Vitória

## NOTAS

- 1 Entende-se por bacia hidrográfica, segundo trabalho de delimitação de bacia do *O Caminho das Águas em Salvador* (SANTOS et al, 2010) a “unidade territorial delimitada por divisores de água, na qual as águas superficiais originárias de qualquer ponto da área delimitada pelos divisores escoam pela ação da gravidade para as partes mais baixas, originando córregos, riachos e rios, os quais alimentam o rio principal da bacia, que passa, forçosamente, pelos pontos mais baixos dos divisores e desemboca por um único exutório. Podendo ser exceção a essa definição, bacias hidrográficas distintas que por intervenção de infraestrutura urbana, tiveram seus rios principais interligados próximos à foz e passaram a contar com o mesmo exutório. Por bacia de drenagem natural compreende-se a região de topografia que não caracteriza uma bacia hidrográfica, podendo ocorrer veios d’água, os quais não convergem para um único exutório.”

## REFERÊNCIAS

FEIRA DE SANTANA. **Lei Complementar nº 18**, 08 de julho de 2004. Define o perímetro urbano, delimita os bairros da cidade de Feira de Santana e dá outras providências. Feira de Santana. 08 jul. 2004. Disponível em: < <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/leis.asp?acao=baixa&arquivo=leicom18.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2010.

FERRARI, Celso. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: DISAL, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Volume 59. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB1999.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2010.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Volume 61. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB2001.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2010.

LEÃO BARROS, Sandra A. Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro?: O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife. **Revista de Urbanismo**. n. 9, mar. 2004. Disponível em: <[http://revistaurbanismo.uchile.cl/CDA/urb\\_completa/0,1313,ISID%253D315%2526IDG%253D2%2526ACT%253D0%2526PRT%253D6651,00.html](http://revistaurbanismo.uchile.cl/CDA/urb_completa/0,1313,ISID%253D315%2526IDG%253D2%2526ACT%253D0%2526PRT%253D6651,00.html)>. Acesso em 29 abr. 2008.

MANAUS. Lei Municipal 1.401, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros da cidade de Manaus, com estabelecimento de novos limites, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Manaus**. Poder Executivo, Manaus, 14. jan. 2010. Ano XI, Edição 2365, p. 1. Disponível em <<http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2010/janeiro/dom2365cad1.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

MONTORO, A. F. Descentralização e participação: importância do município na democracia. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. **O município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. São Paulo, 1999. (pp.297-304).

NATAL. SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO. **INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DE MEIO AMBIENTE**. Natal: 2009.

PORTO ALEGRE. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL. **Os bairros criados por Lei**. s/d. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=129](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=129)>. Acesso em 19 mar. 2010.

SANTOS, E. *et al.* **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Bacias**. Salvador: CIAGS/UFBA/SEMA, 2010

SOUSA, Antônio Cândido Mello e. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

VALENÇA. **Lei Municipal 1.773, de 5 de maio de 2004**. Dispõe sobre a divisão de bairros da cidade. Valença, 05 maio. 2004. Disponível em <<http://www.cmvalenca.ba.gov.br/leis.asp>>. Acesso em 05 set. 2008.

**Cássio Marcelo Silva Castro** Bacharel em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Pós-graduado em Gestão Governamental pela UNEB e Mestre em Engenharia Ambiental Urbana Universidade Federal da Bahia - UFBA. Atualmente é Chefe de Setor na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Salvador - SEDHAM e Professor Assistente do Centro Universitário Estácio da Bahia - Estácio FIB.

**Elba Guimarães Veiga** Analista de Sistemas pela Universidade Católica do Salvador - UCSal, Mestre em Redes de Computadores Universidade Salvador - UNIFACS. Atualmente é Subcoordenadora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Salvador - SEDHAM.

**Anderson Gomes de Oliveira** Bacharel em Geografia pela Universidade Católica do Salvador - UCSal, Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Atualmente é Chefe do Setor de Dados e Informações Geoespaciais na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER e Professor Assistente na Universidade Salvador - UNIFACS.

**Adalberto Bulhões** Assessor Chefe da Superintendência do Meio Ambiente de Salvador - SMA.

**Aline Farias** Licenciada em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Atualmente é Professora da rede pública estadual da Bahia.



**Carlos Henrique dos Santos Cardoso** Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.

**Leonardo Dias Afonso** Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Atualmente é Analista de Planejamento, Gestão e Infra-estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, unidade Piauí.

**Vitória Regia Sampaio** Arquiteta pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Atualmente é técnica da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.